

● PARLAMENTO



A Assembleia Legislativa volta a reunir-se, esta manhã, para uma sessão plenária em que serão realizadas as votações semanais. FOTOS ALRAM

Salário médio mais baixo é nova arma da oposição

AUMENTO DA IDADE PARA BENEFICIAR DO IRS JOVEM COM APOIO ALARGADO

JORGE FREITAS SOUSA
jfsousa@dnnoticias.pt

Os números do Instituto Nacional de Estatística, divulgados recentemente, mostram que a Madeira tem o salário médio mais baixo, entre as regiões do país, abaixo dos 900 euros por mês e cerca de 300 euros inferior à média nacional. Este dado arrisca-se a ultrapassar o índice de risco de pobreza como principal argumento da oposição, nas críticas ao Governo Regional.

Ontem, os dados do INE marcam diversas intervenções, no período antes da ordem do dia e na discussão das propostas da agenda.

“Como é possível que a Madeira tenha os trabalhadores mais mal pagos do país”, perguntou Victor Freitas. O deputado socialista desafia o presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, a “vir a terreiro” dizer que estes dados do INE “são falsos”.

Afirmações feitas depois de uma

intervenção de Elisa Seixas, também do PS, que fez uma intervenção em que abordou a entrada em vigor da Agenda para o Trabalho Digno. Um documento que apresenta alterações como a limitação dos contratos temporários, que passa de 6 para 4, a compensação por despedimento que passa de 18 para 24 dias de salário por ano de trabalho, ou os estágios profissionais que têm de ser remunerados a, pelo menos, 80% do salário mínimo.

Elisa Seixas abordou a situação regional e o facto de o salário médio, na Madeira, ser 300 euros mais baixo do que a média nacional e o custo de vida na região ser superior.

A deputada do PS acusa o Governo Regional de não reduzir impostos e apenas beneficiar um pequeno grupo de privilegiados e legislar “em função das corporações a quem se julgam devedores”.

A “ala direita desta assembleia”, diz, está refém de um antigo regime e é incapaz de mudar. Uma mudança que, sublinha, é urgente para a Região. Um governo que governe para todos. Mudança foi uma das palavras mais utilizadas pelos deputados socialistas.

IRS Jovem até aos 30 anos

Bruno Melim apresentou uma proposta de lei à Assembleia da Repú-

SECTOR PRIMÁRIO



■ Ricardo Lume apresentou um projecto de decreto legislativo que determina a criação de um Plano Estratégico para a Promoção do Sector Primário na Região e a constituição de comissões de avaliação das necessidades agro-alimentares da Região e a gestão dos solos. Uma região autónoma que não assume o sector primário como prioridade, sublinha, “põe em causa a sua autonomia”. A produção agro-alimentar, diz Ricardo Lume, “exige medidas urgentes para inverter a situação de dependência exterior”. “É necessário pagar o preço justo aos agricultores” afirmou. O diploma deverá ser rejeitado, porque PSD e CDS entendem que já há uma estratégia para o sector.

blica que alarga, de 26 para 30 anos, a idade limite para acesso aos benefícios do IRS Jovem.

O deputado do PSD também defende que, nos casos dos doutoramentos e outras pós-graduações mais prolongadas, a idade limite passe de 30 para 35 anos.

A medida deverá ter um apoio alargado no parlamento regional, uma vez que o PS, através de Pedro Calaça reconheceu a importância do diploma e anunciou o voto favorável. O mesmo fez Rafael Nunes, do JPP, que considera que as medidas de apoio aos jovens não se podem limitar a estes benefícios fiscais e lembra que a Madeira não esgota a possibilidade de redução, em 30%, de todas as taxas do IRS e IVA.

Ricardo Lume, do PCP, considera que a proposta de lei do PSD só beneficia uma “ínfima parte” dos jovens, uma vez que a maioria recebe salários tão baixos que “nem paga IRS”.

Lopes da Fonseca, do CDS, espera que a proposta seja aprovada “por unanimidade” e que, na Assembleia da República, também seja aprovada por “larga maioria”.

O líder parlamentar do CDS promete “ficar a ver” qual será a posição dos vários partidos quando a proposta de lei chegar a São Bento.

ÉLVIO SOUSA

“Gasta-se como nunca e a pobreza alastra”



“Nesta conjuntura difícil, observamos governados a contar os tostões, e governantes a desterrar milhões. Gasta-se como nunca, e a pobreza alastra”, afirmou Elvijo Sousa no período antes da ordem do dia.

O deputado do JPP abordou o aumento do custo de vida e acusou “o PSD/CDS e a extensa equipa de redacção e de propaganda” de repetirem que praticam a carga fiscal mais baixa do país. “Mas, tal não é verdade”, garante.

O Governo Regional da Madeira pratica “a segunda carga fiscal mais baixa do país, logo a seguir aos Açores, e o IVA mais alto das regiões ultraperiféricas”.

A taxa normal do IVA, que se encontra a 22%, diz o deputado, “é uma taxa colonial e centralista - pela vontade expressa do PSD -, quando deveria estar a 16%, para que os madeirenses sejam equiparados a portugueses de primeira no imposto de consumo”.

O IRS “carrega, ainda, o cheiro a pólvora da Troika e do pedido de ajuda externo, assinado pelo PSD. O diferencial de 30% vai, apenas, até ao 4.º escalão.

E deixa uma pergunta: “Porque é que os impostos para as empresas com milhões de lucros foram reduzidos ao limite máximo de 30%, e um madeirense que tenha um rendimento de mais de 20.700€/ano, tem apenas, um diferencial fiscal de apenas 15%”.

Perante uma realidade social e económica complexa há que garantir soluções, diz o deputado do JPP que lembra os índices de pobreza da Região, apresentados ontem, que mostram um rendimento médio que é o menor do país. “Perante o problema estrutural assombrado pelo chamado inverno demográfico, pela falta de políticas de incentivo à natalidade, é premente aliviar o esforço dos orçamentos familiares e o empobrecimento gradual da classe média”.